

REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



Ministério
da Cultura



ESTE PROJETO FOI CONTEMPLADO PELO EDITAL DE IDEIAS CRIATIVAS 2010, DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA, DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES/MC/2010



CARTILHA AFRO-AMAZÔNICA:

COMBATENDO O RACISMO NA ESCOLA

Estelita dos Santos Pereira Pinheiro
José Marivaldo da Conceição
Marília Lobo de Almeida

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer às instituições escolares a que estamos vinculados, pela compreensão em nos liberar para o propósito que se deu no desfecho desta cartilha, que foi possível devido o entendimento dos nossos familiares em relação às ausências sentidas, em que, muitas vezes, deixamos de compartilhar momentos agradáveis ao lado dos mesmos, em especial, aos nossos(as) esposos (as) que nos impulsionaram a seguir nesta caminhada, quando, muitas vezes, pensávamos em desistir, devido o curto prazo que nos ofertaram para realização deste material. Mesmo assim, seguimos em frente porque acreditamos em nós mesmos, na capacidade de articulação, uma vez que não foi fácil condensar idéias de três pessoas com projetos diferentes, além de profissões e espaços de trabalho diversos.

Estendemos nossos agradecimentos aos representantes de organizações e militantes comprometidos com o combate à discriminação racial, velado em nossa sociedade. Contudo, não podemos esquecer da extrema importância do Grupo de Estudo Afro-Amazônico (GEAM). Agradecemos, especialmente, aos Coordenadores do Curso de Especialização para a Implementação da Lei 10639/03 e todos os professores do curso, inclusive aqueles que se prontificaram a deslocar-se de suas regiões para ministrarem suas disciplinas e contribuir com seus conhecimentos. Nossos sinceros agradecimentos ao Professor Orientador Mestre. Raimundo Jorge Nascimento de Jesus, que não tem medido esforços para nos receber e, igualmente a Náila Provenzano pela paciência com que nos recebe.

Agradecemos também aos professores do Instituto Bom Pastor que colaboraram com suas informações, cuja temática pode ser constatada no desenvolvimento desta cartilha. Gostaríamos de lembrar a participação do amigo Marcos que cedeu seu tempo para fotografar alguns alunos em sala de aula, cuja imagem constará nesta produção.

Aos alunos (as) da Escola Eneida de Moraes, que cederam suas imagens pessoais para a finalização iconográfica deste trabalho. Agradecemos respectivamente à professora Odalícia e a Giordano Bruno pela digitação e finalização no designer deste material pedagógico. Agradecemos a Deus por nos permitir estar aqui nesta caminhada e nos iluminarmos no desfecho desta obra, e a todas as pessoas que direta e indiretamente colaboraram para que esta chegasse ao seu final.

Resgatar a nossa memória significa resgatarmos a nós mesmos das armadilhas da negação e do esquecimento. Significa estarmos reafirmando a nossa presença ativa na história pan-africana e na realidade universal dos seres humanos.

Abdias Nascimento

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PARTE 1	2
POR QUE ESTUDAR O CONTINENTE AFRICANO?	6
1.1 ANTIGAS CIVILIZAÇÕES	7
1.2 ESTADO DA ÁFRICA NEGRA ENTRE OS SÉCULOS X E XVI	19
1.3 SUGESTÕES DE ATIVIDADES	25
METODOLOGIA	76
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	80
GLOSSÁRIO	85

APRESENTAÇÃO

Esta cartilha tem a finalidade de contribuir para a agilização da implementação da Lei 10.639/03, no ambiente escolar que, por sua vez, é a grande responsável pelas relações de sociabilidade, quando comprometida com uma educação consciente e transformadora que conduz a aquisição de respeito pela diversidade cultural existente em nossa sociedade. Com a obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura afro-brasileira e africana nos currículos da educação básica, nossa preocupação é sensibilizar a comunidade escolar da importância da educação das relações étnico-racial, visando suprir a necessidade que se tem em transformar a sociedade brasileira em justa e igualitária. Tendo em vista o processo de exclusão da população negra na sociedade, que acarreta uma série de fatores políticos, econômicos e sociais.

A cartilha visa trazer para a instituição escolar uma proposta de educação anti-racista implementada na Lei nº 10.639/03, com o intuito de subsidiar o trabalho pedagógico de professores da rede pública, do ensino fundamental e será direcionada para a 7ª série. Consequentemente, muitas são as perguntas que justificaram a elaboração da mesma. Com toda certeza, uma das motivações que respaldarão esta cartilha configura-se no seguinte questionamento: Porque estudar a História da África e qual o conteúdo anti-racista deste estudo? Nesse questionamento nos preocupa o fato de como será efetivado esta inclusão nas escolas públicas?

Dessa forma, fomentando propostas e debates relevantes no que tange a diversidade étnico-racial e os fenômenos observados a partir desse contexto, tais como: Discriminação, Racismo, Preconceito e as ideologias racistas sedimentadas na sociedade.

Apesar de nem sempre acompanhadas da devida atenção por parte de países que, como o Brasil, deveriam ter pautado essa discussão como prioridade, tais iniciativas evidenciam, de qualquer modo, a projeção que os estudos africanistas tem alcançado. Nesse sentido, a África, seus povos e suas culturas tornam-se foco de sumo interesse para os profissionais da educação, requerendo em todos os níveis a devida capacitação para captar e transmitir o ponderável acervo de conhecimento ameadados pelos africanos no tempo e no espaço.

POR QUE ESTUDAR O CONTINENTE AFRICANO?



www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br - junho/2008

Antes de nos debruçarmos sobre a vasta produção africana, cujo tema introduz este capítulo, ao mesmo tempo em que iremos travar debates sobre o racismo ou anti-racismo, e mais especificamente a condução centrada numa educação anti-racista, o que objetiva-se neste trabalho. Nossa intenção é proporcionar conhecimento ao quadro de educadores que se encontram alheios às informações referentes ao continente africano, tentando alertá-los para a problemática das relações raciais na sala de aula.

A partir da realidade contemporânea é imprescindível traçarmos debates sobre a importância de estudarmos este continente. Sendo assim, partimos do pressuposto de que este é importantíssimo para a superação do racismo, e, dessa forma, estabelecer uma dinâmica que possibilite a desmistificação e a desconstrução de ideologias estereotipadas em relação às imagens do negro, imagens estas preconceituosas que denigrem a auto-estima da população africana, utilizando-se da sua estética para impor diferenças a partir de valores morais pré-concebidos, sem antes perceber a inestimável contribuição histórica desses povos formados no Brasil.

Falar da importância dos povos africanos escravizados configura-se no estreitamento das relações diplomáticas entre os vários continentes do globo que, assim sendo, estabeleceram acordos econômicos, políticos, culturais, educacionais e sociais. Vale ressaltar que, no Brasil, a presença africana vai muito além da “cor”, elemento de identificação mais marcante e utilizado para desqualificar e diferenciar os “brancos” dos “não-brancos”. Na atualidade, essa nomenclatura é demasiadamente racista, frente aos avanços que a sociedade democrática e a ciência conseguiram. Por isso, é tão necessário trazermos para as sala de aula esta temática.

Essas constatações são percepções excludentes, uma vez que esta é negada enquanto história e ciência, não podem deixar veladas, como se esse continente não existisse. “É importante assinalar que a contribuição da África para a cultura universal a despeito da desqualificação cultivada por alguns segmentos de opinião, tem sido crescentemente valorizada por um número cada vez maior de centros acadêmicos e por organismos como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).” (Serrano e Waldman, 2007, p. 12).

A contribuição da África é evidente no seio da sociedade brasileira. Graças a sua participação é, que, podemos ver representada a identidade como Afro-Brasileiro e/ou Afro-Descendente, ou mesmo brasileiro, isto é, os descendentes de africanos já não se vêem como descendentes de escravizados, mas sim como pertencentes a uma mestiçagem cultural, e, por terem percebido que sua etnia em nada se diferencia das demais existentes no mundo, devem ser resgatadas como práticas anti-racistas

para que possamos interagir e conviver numa “democracia racial” cujo título apareceu como mito, uma vez que essa questão implicou “em não reconhecimento de valores e práticas sociais de raiz africana interiorizados pelo conjunto da população brasileira, independente da sua origem racial.” (Serrano e Waldman, 2007, p.12)

Por outro lado, a produção científica sobre a temática africana é enorme, outra constatação para que a inclusão ocorra efetivamente e passe a fazer parte das instituições escolares de nosso país e, assim sendo, deixe de ser mito e torne-se realidade, passando a modificar as atitudes entre os seres humanos principalmente nas salas de aula.

“O Brasil é um país extraordinariamente africanizado. E só quem não conhece a África pode escapar quanto há de africano nos gestos, na maneira de ser, de viver e no sentimento estético do brasileiro (...)”. Por sua vez, em toda a outra costa atlântica podem-se facilmente reconhecer os brasileirinhos. “Há comidas africanas no Brasil, danças, tradições, técnicas de trabalho, instrumento musicais, palavras e comportamentos sociais brasileiros incorporados no dia-a-dia do africano.” (Serrano e Waldman, 2007, p. 15).

Sendo assim, por todos esses laços de amizade e/ou diplomáticos, e mais ainda pela existência de uma lei que implica na obrigatoriedade de um conteúdo pedagógico programático focado no continente africano, qual seja a Lei 10.639(9/1/2003), a primeira assinada na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a qual se tornou obrigatório o ensino de história e da cultura afro-brasileira no Brasil. Esta lei, inicialmente, evidencia importância para as disciplinas de história, educação artística e literatura, também evidencia e determina o entendimento do dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra no calendário escolar.

Fato ainda menos conhecido pelos educadores, essa legislação vincula-se a uma segunda lei bem mais detalhada. No caso, trata-se do Decreto 4886 (20/11/2003), que estabelece a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR, notadamente essas leis são instrumentos jurídicos que evidenciam a legitimação e a implementação das questões relativas à pluralidade cultural brasileira no processo educativo e está explicitamente referendada enquanto prioridade centrada especialmente na população negra do Brasil.

Portanto, a lei, bem como os espaços conquistados pela cultura afro, são decorrentes das reivindicações requisitadas por entidades relacionadas à causa negra - e está objetivamente articulada a propostas de ações afirmativas”, “.. as chamadas políticas de ação afirmativa constituem um rol de preposições e de medidas, cujo objetivo são de garantir as minorias sociais, étnicas e de poder o justo espaço que lhes compete na

sociedade.” (..) O seu objetivo vem a ser a “ eliminação de qualquer fonte de discriminação e desigualdade racial direta ou indireta, mediante a geração de oportunidades.” (Serrano e Waldman, 2007, p. 18).

Contudo, falar de minorias étnicas no Brasil, logo nos reporta às etnias indígenas e africanas, ambas buscando delimitar o seu espaço dentro do vasto território brasileiro, sendo que a indígena já incorporada na sociedade brasileira, mas carecendo de amparo de fato e de direito, fato este não concedido totalmente à população africana em solo brasileiro, com isso, precisando se inserir enquanto ações afirmativas, em tese, são políticas de reparação compensatórias por todos os séculos dedicados a erguer as bases estruturais da sociedade brasileira. “No Brasil, o grupo afro-descendente, mesmo constituindo maioria demográfica no Brasilforma simultaneamente uma minoria sociológica. (...). Em outras palavras, o grupo está sub-representado na maioria das esferas da vida social. Essa ausência de representatividade obviamente repercute no sistema de ensino, que desqualifica ou simplesmente se cala a respeito da história e da cultura negro-africana.” (Serrano e Waldman, 2007, p. 19).

Conforme o citado não se pode calar a respeito dessa história, em parte como sendo uma conquista dos movimentos sociais negro, onde se mantém o propósito de reconstruir a história dos afro-brasileiros, assim como, dos seus antepassados, contribuindo para desmistificar a cultura africana aqui ensinada, cheio de estereótipos inferiorizando e marginalizando a cultura africana, como exemplo, podemos citar que as religiões praticadas por esses povos eram tidas como demoníacas, fato este folclorizado pelos adeptos do cristianismo europeu.

Da mesma forma que este vasto conteúdo deve constar nos programas do currículo escolar referente ao ensino da África e cultura africana, colocada pelos europeus de forma deturpada, e, a partir de então, mostrar a África a partir do olhar africano, repassando com naturalidade e clareza, como sendo uma cultura que possui sua diversidade e especificidades inerentes ao seu continente. Neste contexto, ao repassarmos esta metodologia de ensino, ressaltar a importância deste continente, enquanto berço de diversas civilizações, tendo em vista as contribuições dadas para a formulação dos saberes científicos utilizados como aporte político através da implementação da Lei 10.639/2003, tirando o segmento negro da invisibilidade que a sociedade colonial impôs.

Sendo a África berço de diversas civilizações, é necessário enfatizar suas heranças culturais e ancestralidade como forma de reivindicar e ensaiar uma educação anti-racista com o firme propósito de erradicar a discriminação em nosso país, a começar pelos espaços escolares repletos de intelectualidade jovem capaz de discernir valores introjetados e já pré-

concebidos frutos de uma socialização pautada em diversas formas de diferenciação como cor, sexo, gênero, classe, etc.

Segundo a professora Clemilda Andrade¹, “É fundamental estudar o continente africano, uma vez que a África está no Brasil (na ginga, na dança, na estética, etc.), é interessante saber que o que existe no Brasil são de origem africana, há um desconhecimento da produção de origem africana, por isso, é necessário fazer uma ponte entre o Brasil e a África para conhecermos a participação dos nossos antepassados que está presente na religião de matriz africana, assim, esta não é uma religião de salvação ela tem forte relação com a natureza”, nessas religiões não há uma separação entre o mundo sagrado dos (deuses) e o mundo profano dos (humanos). “(...) Os dois estão ligados. Os antepassados influenciam o cotidiano: São vistos como uma força viva, que pode ser consultada, seguindo os rituais necessários, e, que atua na vida de cada um. Nessas religiões, não existe a figura do “diabo”, nem a luta entre o bem e o mal. Como os deuses gregos, os deuses da África tem qualidades e defeitos como os humanos.” (Ciência Hoje - Especial África! 2006. p.03)

Segundo a professora acima citada, o que há de racista nessa relação é a forma de abordagem em relação aos temas africanos, haja vista que estes nunca foram vistos por eles mesmos, isto é, olhar o “negro” a partir da África para a África. Baseado nesta constatação, pode-se dizer que “ser negro era acima de tudo ser suspeito de ser escravo”. No entanto, essas indagações e descobertas resultaram “no interesse pela África entre nós, através de uma relação que havia sido interrompida pelo fim do tráfico de escravos e pela ocupação colonial do continente africano que vem sendo lentamente retomada agora, de forma diferente. A mudança de atitude com relação à África foi permitida também pela superação de uma visão evolucionista das sociedades. (...). Esta visão de desenvolvimento partiu da idéia de um único modelo que passou a ser questionado, com isso, ser negro pôde virar fator de orgulho, de afirmação de uma identidade particular.” (Souza, 2008, p.126).

Resgatar o orgulho negro faz parte do propósito de nosso estudo, pois compartilhar esta afirmação juntamente com os afro-brasileiros configura-se na aplicabilidade da lei, uma vez que torna real a inclusão da história africana. Segundo Souza (2008), entre as pessoas encontradas em terras brasileiras, é evidente, porém, a predominância de africanos, pois eles foram a principal força de trabalho por mais de trezentos anos. Sendo assim, elementos africanos estão na base da maioria das nossas manifestações culturais populares, favorecendo a conhecida mestiçagem do povo brasileiro, propiciado pelas misturas entre os africanos e os povos que eles encontraram aqui, principalmente portugueses e indígenas. (...). “Até o

início do século XX, a mestiçagem era vista a partir da ciência biológica e considerada um fator de atraso para o país, uma vez que o pensamento dominante alegava que a raça branca tinha chegado mais longe na evolução da humanidade” (Souza, 2008, p. 129).

Sendo assim, a mestiçagem acabou por ser tomada como uma das principais características da nossa identidade, apesar do apelo da classe elitista em “branquear”.

A nossa população, na conjuntura atual, as misturas não são mais vistas como fatores de degeneração e sim de enriquecimento como povos descendentes de impérios e reinos, possuindo status e certa mobilidade social, uma vez que muitos africanos descendiam de linhagens familiares, recebendo herança e desempenhando papéis diversificados como: Príncipes e Princesas, Reis e Rainhas, ou seja, pertenciam a uma classe nobre e, com o advento do tráfico perderam sua identidade tornando-se seres escravizados e, posteriormente, utilizados como mão-de-obra nas atividades agrícolas e nas casas de engenho, e ainda como escravos domésticos e de ganho, tendo que trabalhar para comprar suas alforrias (liberdade).

“Dessa forma, a África representa o lugar dos nossos ancestrais, onde encontramos os vestígios dos nossos parentes mais antigos, mas também, porque é lá que surge a nossa espécie, os primeiros seres humanos como nós. (...). A diferença é que eles aparecem bem depois dos primeiros primatas bípedes: há cerca de 200 mil anos. (Ciência Hoje. P. 7).

Segundo a professora de biologia Rozeneide², “conhecer sobre a África apenas do ponto de vista geográfico e, não foram nos livros de história, garante ela, o pouco que sei descobrir através da minha curiosidade e observação”. Para a mesma, “é importante conhecer sobre a África para que possamos descobrir nossas raízes e saber em que os africanos contribuíram principalmente na colonização do Brasil, daí a vinda dos africanos que vieram para cá obrigados, nós brasileiros somos resultados dessa colonização (...), é importante estudarmos a origem dos nossos antepassados para que possamos entender as razões dos africanos e seus descendentes para saber como é a problemática da inserção do negro na sociedade, uma vez que muitos deles não entendem a política de cotas, porque em parte alguns descendentes de africanos não se vêem como negros e, sendo assim, preferem se vê como branco. Por outro lado, as diferenças raciais são explicadas através da genética e, contudo, partindo desse pressuposto, as diferenças são pequenas quando comparado com animais de outras espécies.”

¹ Professora de Filosofia, do instituto “Bom Pastor”, entrevistada para a presente cartilha.

² Professora do instituto “Bom Pastor”, entrevistada para a presente cartilha.

Esta explicação da genética, baseada em diferenças mínimas entre os seres humanos e outras espécies de animais irracionais, se sustentam, haja vista, que essas duas espécies de primatas estão inclusas no grupo de mamíferos que abrangem além, dos seres humanos os macacos. A ciência quando estuda a evolução humana, explica-a, através de uma teoria, no caso específico, a teoria evolucionista de Darwin que se baseia na seleção natural das espécies, em que apenas os mais fortes sobrevivem, sendo contrária à teoria criacionista, que baseia suas explicações em “teorias divinas”, isto é, Deus como criador do universo, cuja imagem o homem herdou, daí dizer que o homem é a imagem e semelhança de Deus. Todavia, esta explicação não possui nenhum cunho científico, portanto não é uma teoria, uma vez que se baseia em constatações divinas, enfatizando apenas a evolução da alma e do espírito, de tal forma, que a ciência ainda não conseguiu evoluir e fornecer explicações. Sendo assim, o que temos são hipóteses e visões ideológicas de correntes religiosas.

Contudo, a teoria evolucionista, cientificamente, comprova que esses dois grupos de primatas tiveram um ancestral comum. “Esse ancestral deu origem, de um lado, aos grupos que originaram os seres humanos atuais e, de outro, aos grupos que originaram os macacos de hoje em dia”. (Ciência Hoje. 2006. p. 8). De acordo com o exposto, fica evidente que a lei 10.639/03 visa fornecer subsídios para que essas teorias sejam ministradas nas escolas públicas de nosso país como forma de reforçar a importância do continente africano, enquanto berço de diversas civilizações, haja vista, que foi na África, em primeiro lugar, que surgiram os fósseis mais antigos de primatas do planeta e, em segundo lugar, porque também foi neste continente que apareceram os primeiros primatas bípedes, ou seja, que andam sobre duas pernas. Essas criaturas são os nossos ancestrais mais antigos, alguns grupos de primatas bípedes extinguiram-se, mas outros sobreviveram. É desses grupos que surge, graças a mudanças evolutivas, a espécie humana atual: O Homo Sapiens.

“(...) Assim a África é considerada o berço da humanidade. Não só porque aí encontramos os vestígios dos nossos parentes mais antigos, mas também, porque é lá que surge a nossa espécie, os primeiros seres humanos como nós. A diferença é que eles aparecem bem depois dos primeiros primatas bípedes: Há cerca de 200 mil anos”. (Ciência Hoje, 2006, p. 09).

Dessa forma, tecer comparações sobre a origem das espécies e, mais ainda, dizer que nossos primeiros ancestrais

surgiram na África, equivale, em primeira instância, admitir que descendemos de africanos, sendo assim, abre-se um leque de oportunismo para as diferenças, quando na verdade o que há, são diversidades culturais, haja vista, a existência de infinitas civilizações africanas. Dessa descendência surgimos todos nós (humanos), uns com mais melanina e outros com menos, mas que não extirpou do convívio social os preconceitos e discriminações, muito pelo contrário, essa descoberta propiciou novas formas de estereótipos, nesse sentido, é fundamental o papel do professor, uma vez que este irá desmistificá-los enquanto idéias negativas e mostrar que os dois grupos de primatas possuíam domínio e habilidades para construir suas ferramentas.

Nesse contexto, surge o Homem Erectus, este apareceu na terra há cerca de dois milhões de anos e produziu ferramentas mais complexas, mas o mais interessante é que ele foi nosso primeiro parente a sair da África numa corrente migratória. Assim, ao seguir os animais quando eles migravam para garantir alimento, o Homo Erectus chegou a outros continentes. Portanto, ao migrarem para outros continentes espalhou-se pelo mundo e, juntamente com o processo de escravização pelo qual passou grande parte da população africana, deu origem ao processo de mestiçagem, apesar de outros países não admitirem os cruzamentos entre as diversas etnias, o que, provavelmente, deu origem aos vários conflitos étnicos, uma vez que os mesmos incluem, inclusive, guerras sangrentas e dizimação de grande parte da população africana. Conforme o exposto faz-se necessário explicitar as origens dessas guerras. A maior parte delas é gerada “entre irmãos”, ou seja, entre etnias africanas que falam a mesma língua e habitam o mesmo território, o que nos leva a entender que os conflitos não ocorrem por lutas entre fronteiras territoriais, e simplesmente por raízes históricas abertas desde o período colonização européia, onde praticamente o colonizador europeu dotado de conhecimento de “curiosidade” disseminou a raiz desse conflito, jogando africanos contra africano através de uma invenção construída pelos belgas durante o período colonial. Ruanda, país situado no coração da África, dividido entre Hutus e Tutsis, onde estes sobrevivem do plantio de subsistência do café e da banana. Os Tutsis vieram da Etiópia e os Hutus da bacia do Congo, “eticamente pode-se dizer que esses grupos são iguais já que possuem

aparência semelhante, falam a mesma língua e manifestam valores culturais muito próximos”. “.. Ruanda foi colonizada pelos alemães, que perderam o domínio desse território após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando essa porção da África passou a ser dominada pela Bélgica. Os europeus encontram uma sociedade organizada em torno de um rei, o rei Wami, que governava uma sociedade aristocraticamente dividida em proprietários de rebanhos (os Tutsis), que exerciam domínio sobre os agricultores (os Hutus). O equilíbrio dessa sociedade acordava pela dependência existente entre os dois grupos sociais”. (Discutindo Geografia. Ano: 2. Nº08. P: 26/27).

Contudo, houve uma separação étnica entre Hutus e Tutsis, sendo que os Tutsis tornaram-se aliados dos belgas no processo de domínio colonial, oprimindo a população hutu, este episódio foi motivo de distanciamento social e acabou gerando, em 1959, revoltas que levariam à independência do país. “Após conquistar autonomia, inicia-se em Ruanda um processo de sistemáticas perseguições aos tutsis, configurando embates armados contra aqueles que resistiram”. (Discutindo Geografia. Ano: 2. Nº08 P. 29/30).

Portanto, as guerras étnicas e civis são recorrentes na África desde o período colonial, influenciadas pelas nações européias e pelos golpes militares, estes liderados pelo general hutu Juvenal Habyarimana, reforçando com isso, os preconceitos contra os tutsis, além de confiscar bens, deslocar a população, criar leis de exclusão e cotas escolares. Foi nesse governo que surgiram os primeiros sinais da chamada limpeza étnica, centralizando o poder hutu e incentivando a formação de grupos que militarmente “lutam juntos”. As lutas separatistas em Ruanda trilham por um caminho político, visando à abertura democrática e, posteriormente, um acordo de paz com os rebeldes tutsis em 1993, acordo este que teve fim com a morte de Habyarimana, no qual os tutsis foram acusados do atentado, impulsionando, nesse sentido, o massacre que exterminou cerca de 800 mil pessoas, predominantemente, tutsis. Após o acontecido, foram realizadas eleições gerais. As carteiras de identificação foram abolidas, os discursos preconceituosos não ocorrem mais, mesmo assim, as lutas e a conquista pela cidadania ainda estão longe de ter fim, visto que as “feridas sociais” em Ruanda levarão muitos anos para cicatrizar.

Segundo o relatório do Desenvolvimento Humano elaborado pela ONU, “existe uma associação direta entre confronto e pobreza, afirmando que a pobreza é a parte do ciclo que cria e perpetua o conflito violento, que, por sua vez, reforça ainda mais a miséria” (ano, p.). A pobreza e a miséria de alguns países africanos podem ter se acentuado mediante as situações de conflitos entre grupos étnico-tribal, mas não foi essa constatação que favoreceu o fator de invisibilidade dos descendentes de africanos, mas sim a relação proveniente de sua cor estar associada à falta de perspectivas e status sociais na mídia e no mercado de trabalho e simplesmente por esta fazer uma correlação com a situação de escravidão. Essa evidência não é verdadeira, uma vez que em toda a África havia reinos e impérios riquíssimos com predominância de ouro, petróleo além de riquezas naturais. Nesse sentido, existia um processo de escravidão entre os africanos do qual se obtinha um comércio lucrativo e, deste, aproveitado pelos europeus através da exportação de uma parcela significativa dessa população para outros países, onde se encontrava uma colônia de exploração, como é o caso do Brasil.

A partir desse processo migratório, os africanos que até então eram livres, chegaram ao Brasil e tornaram-se escravos e propriedade particular de quem os compravam, tornando-se assim, afro-brasileiro e, mais do que isso, brasileiro. Baseado nesse pressuposto, é incoerente afirmar que apenas no Brasil há racismo, haja vista, que o racismo é um fenômeno universal.

Sendo assim, os africanos, ao saírem de seu continente, tomaram direções variadas bem como fizeram nossos primeiros ancestrais – vale ressaltar que as atitudes discriminatórias disseminaram-se pelo mundo, por isso, é possível constatarmos várias formas de “racismo”, isto é, teorias que explicam que não há separação por raça, estas serviram apenas para acentuar a existência de uma possível “superioridade e inferioridade racial” entre as diversas etnias. Dessa forma, tanto no Brasil, como nos outros países de origem latina (ameríndia), européia e africana, podemos constatar a mestiçagem derivada, contudo, da formação de pluri-etnias, do multiculturalismo, extinguindo, todavia com a idéia de “raça”, uma vez, que há uma única raça, a humana e que os termos: preconceito, racismo, discriminação são decorrentes da falta de entendimento sobre a nossa história, sobre nossas raízes culturais que a

partir deste momento, sabe-se por constatação científica e histórica, são africanas. Portanto, precisamos desconstruir tudo o que foi construído através da sociedade colonial, por uma elite “branca”, imbuída de poder, que em nome deste massacravam e excluía todas as populações de origem africana, promovendo, dessa forma, as divisões entre classes sociais distintas, a partir daí o negro africano passou a ser marginalizado, ficando fora do processo de cidadania e como se este não fosse importante para a nossa nacionalidade, nesse sentido, o negro africano, entendido hoje como afro-brasileiro, é resultado da luta política e dos vários segmentos negros da nossa sociedade, “atualmente indicado como produto da mestiçagem para os quais as principais matrizes são africanas e as lusitanas frequentemente com pitadas de elementos indígenas, sem ignorar que tais manifestações são acima de tudo brasileiras”. (Souza, 2008, p. 132)

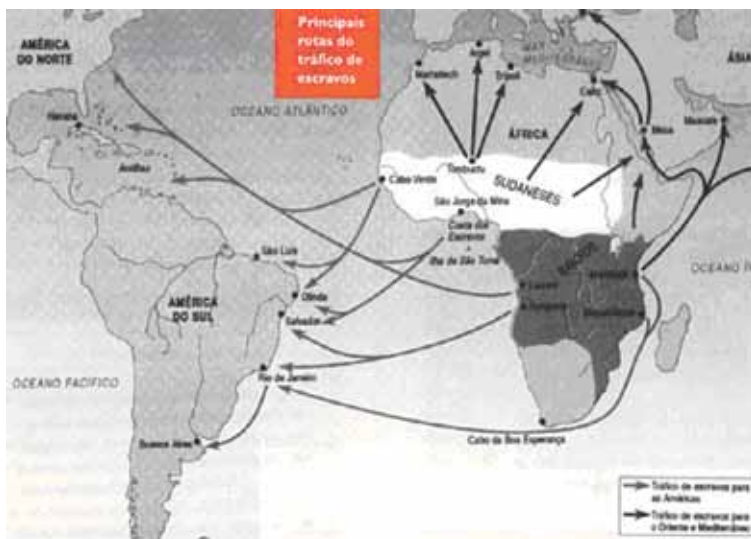
Resgatar essa história indica buscar caminhos para a superação de uma política anti-racista, esta deve ser trabalhada na instituição de ensino e pela sociedade em conjunto, cabendo a todos a função de transformar e viabilizar, mas reservando o papel principal à escola, tendo em vista que as mudanças estão nas mãos dos educadores e educandos.

Com relação a esse debate, temos a posição do professor de língua portuguesa, Luiz Amoras³, que diz: “Eu sou anti-racista, mas não sou fanático, não tenho a visão de que os negros são diferentes, discriminados, eles são capazes, e incentivo meus alunos a se “libertarem” do preconceito e, ao mesmo tempo passe a se valorizar como pessoa igual. Sou contra essa história de racismo, de descendência, assim como ficar remexendo as diferenças. Não gosto de ficar falando em descendência, em africano, acho que todos nós somos brasileiros e nacionalistas, por outro lado, é interessante estudar o idioma africano e priorizar a educação como forma de integrá-los no mercado de trabalho. A solução para uma educação anti-racista seria o ensino integral, para extinguir da sociedade a marginalidade; não gosto da idéia de que tudo é racismo”.

³ Professor do instituto “Bom Pastor”, entrevistado para a presente cartilha.

Conforme o exposto, priorizar a educação integral configura-se na solução para a superação da maioria dos problemas sociais, não só no Brasil, mas em todo o mundo, a fim de alcançarmos a tão sonhada paz, bem como, buscarmos a eliminação dos conflitos. Da mesma forma, que seria para os nossos irmãos africanos. Sendo assim, “as soluções para os problemas africanos passam pela criação de uma melhor infra-estrutura econômica que passe a sustentar melhorias sociais e conduzir para o apaziguamento étnico-tribal”. (Discutindo Geografia. Ano: 2. N^o, p.27).

Sabemos que a infra-estrutura é importante, mas não é somente isso que importa, é importante o reconhecimento de sua cultura, de sua etnia, de seu território, da sua organização política, social e educacional e este não só relativo aos povos africanos, mas também aos seus descendentes espalhados pelo mundo, sendo que estes não saíram por sua própria vontade, mas de maneira forçada impulsionada pelo processo de mercantilização e exploração comercial.



1.1 ANTIGAS CIVILIZAÇÕES

Entre as civilizações mais antigas da história da humanidade, algumas se desenvolveram no continente africano, como a egípcia, a cuxita, a axumita e a etíope. Nesse contexto, a civilização mais conhecida é a história do Egito faraônico, esta organização foi responsável pelo surgimento do Império de Kush ou a civilização cuxita seu grande concorrente político, o reino de Kush foi conquistado pelo faraó egípcio Tutmosis I por volta de 1530 A.C., este invadiu o Egito por volta de 725 a.C. e o anexou ao seu império formando a 25ª dinastia egípcia da qual tornou-se faraó, o faraó etíope.

Uma das características da civilização cuxita é o reinado feminino que contou com várias linhagens das rainhas-mães, as “Candaces”. A civilização axumita se desenvolveu no início do século II da era cristã, uma das características dessa civilização foi o cristianismo que foi introduzido a partir de Alexandria durante a ocupação romana no Etíope, no império bizantino. Sendo assim, a Etiópia é considerada como o país cristão mais antigo da África subsaariana sem que houvesse contato com a colonização.

A CIVILIZAÇÃO EGÍPCIA

A origem dessa civilização está concatenada com a origem do homem, uma vez que esta é africana e transformou a visão sobre povoamento do Egito e sobre a origem dessa civilização. Sendo assim, o povoamento do Egito deu-se a partir dos africanos que habitavam o continente, com isso não resta dúvida que foram eles os primeiros a construir essa civilização.

O povoamento do Egito como qualquer outra civilização foi possível, devido os contatos culturais e a colonização que em parte justifica-se pela dominação política e a exploração econômica de suas riquezas. De acordo com as citações já feitas os egípcios possuíam as características físicas mais evidentes uma vez que eram “negros, de lábios grossos, cabelo crespo e pernas finas”, características que serviram para denegrir e estereotipar esta população.

O Egito por sua vez, segundo a história, possuía 21 dinastias faraônicas nitidamente negras: as primeiras 20 dinastias que, ininterruptamente, reinaram sem que houvesse invasões estrangeiras e a 25ª dinastia sudanesa.

São, no entanto, esses fatos históricos que devem fazer parte do currículo escolar que devido vários séculos ficou ocultado, em parte devido ao racismo institucionalizado ou velado em nossa sociedade, por isso é essencial desconstruir e reparar os danos causados aos africanos escravizados no Brasil, reparar ou compensar os africanos, afro-brasileiros e afro-descendentes visa contribuir a efetivação da lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História da África e Cultura Africana e Afro-brasileira. Dentre as causas de a história não chegar aos bancos escolares é a visão negativa que se tem da população negra, esta sempre ligada a fatores discriminatórios e racistas impossibilitando a aceitação do “negro” como ele é, envolvendo a estética corporal e sua intelectualidade, retratando-os normalmente em funções subalternas e vexatórias como se não fossem capazes de conseguir status e mobilidade social, mesmo que numa estrutura de sociedade seletiva, globalizada e competitiva.

1.2. ESTADO DA ÁFRICA NEGRA ENTRE OS SÉCULOS X E XVI



IMPÉRIO DE GANA

O Império de Gana é conhecido como pai do ouro estendia-se das regiões do Sahel, entre a Senegal Médio e a curvatura do Níger. Para governar, o rei era assistido pelos autos dignitários com os quais se reunia cada manhã para escutar queixas de seus súditos e logo exercer a justiça.

Por volta de 1077, os almorávidas, uma dinastia berbere das costas atlânticas da África, conquistam Kumbi-Saleh capital de Gana, deixando o reino sobreviver apenas como tributário, despido de seu esplendor e com seus territórios reduzidos.

A expansão almorávida foi paralelamente acompanhada da conversão de muitos reis ganenses, movidos pela estratégia político-econômica de integrarem-se ao espaço mercantil islâmico.



IMPÉRIO DE MALI

O Império de Mali formou-se a partir de uma província mandiga ao norte de Fouta Djallon. A sua capital Niani, situava-se entre a fronteira Mali e Guiné, na epopéia mandiga, está ligada a Sundiata, uma criança enferma que escapou com vida quando seu pai, o soberano do pequeno reino de Mali, foi massacrado com os filhos pelo rei do Sosso do então Império de Gana.

O Mali foi o mais rico estado da África ocidental. Seu declínio, na primeira metade do século XV, deve-se aos conflitos de poder e disputas pela sucessão do trono e a emergência, a leste e a oeste, de rivais ambiciosos.

IMPÉRIO DE SONGAI

Este império surgiu por volta do século VIII, existiu no topo da curva do rio Niger o mais longo da África Ocidental, o pequeno reino Kukia, fundado por uma população de camponeses, caçadores e pescadores. Este reino foi conquistado em 1325 por Mansa-Muçã do Mali, mas recuperaram sua independência algumas décadas mais tarde, durante o reinado de Sonni Ali (1464 – 1494). Embora Sonni Ali se apóia na religião islâmica, jamais deixou de cuidar também dos credos tradicionais, da herança histórica, vital para a coesão dos Songai, em meio a esse contexto de sucessão, o islã tornou-se poderoso.

A partir do século XVI, porém o Império Songai entra em conflito com os interesses marroquinos e turcos no Saara.

IMPÉRIO DE KARNEM-BORNU

Este império desenvolveu-se a partir de um reino que teria existido entre os séculos XVIII e IX, a nordeste do lago nas dunas de Kanem, origina-se do Tibeste, país dos Tubu onde seus reis iriam buscar as suas rainhas e onde encontravam também os guias indispensáveis para seus empreendimentos.

A CIVILIZAÇÃO IORUBÁ

A civilização Ioruba desenvolveu-se a partir do século XI no sudoeste da atual Nigéria. Eram umas civilizações caracterizadas quais muitas ultrapassavam os 20 mil habitantes. Paralelamente às atividades artísticas, artesanais e comerciais, praticavam-se

atividades agrícolas baseadas no plantio do inhame, da palmeira e outros produtos alimentares.

Segundo o mito de origem, o povo loruba é descendente de rei Oduduwa, que desceu dos céus sobre o mar, tendo nas mãos uma cabaça cheia de areia sobre o mar, posando nela a galinha.

Esta esgravatou a areia, dando origem à terra do povo lorubá, de quem se tornou o primeiro soberano.

A CIDADE DE IFÉ

O Centro de civilização era localizado na cidade sagrada de Ifé, berço da civilização ioruba e sede da resistência do chefe religioso Oni. As outras cidades nascidas dos filhos de Oduduwa tinham por chefe Oba. As cidades na África também eram politicamente independentes, apesar de possuírem unidade cultural, lingüística, religiosa, histórica e territorial. Esse reino findou-se no início do século XIX, sob o jugo dos peules muçulmanos.

CIDADE DE BENIN

O reino de Benin foi ligado à cidade sagrada de Ifé como descendente de Oduduwa. Seu soberano mais célebre foi Oba Ewaré, o Grande, entronizado em 1440. Ele mandou construir estradas e embelezou sua capital, suscitando a admiração dos viajantes durante séculos. A renda do rei provinha de tributos, e do trabalho dos cativos e do monopólio das exportações. A partir do século XV, Benin estabeleceu relações mercantis com Portugal e outros países europeus, com base no tráfico negreiro e no comércio de malhas de ouro.

REINO DE ABOMÉ

Situado na atual República de Benin (antigo Daomé) o reino de Abomé foi fundado no início do século XVII por Do Akilin. Até o final do referido século, era apenas um pequeno estado que controlava apenas quilômetros quadrados em torno de Abomé, sendo que a partir do século XVIII, as conquistas ampliaram-se por meio do acesso direto ao mar em 1747, que deu a Abomé as condições para se tornarem um dos principais centros negreiros da costa ocidental africana.

O reino de Abomé possuía um poderoso exército, e a este caberia a expansão das fronteiras e a organização de expedições

para a captura de africanos para o tráfico escravo, com o declínio do poderio ioruba e com Oio em Abomé, as expedições e capturas intensificaram-se em relação ao povo ioruba.

No século XIX, quando os países europeus impuseram o fim do tráfico negreiro, os soberanos de Abomé tiveram de modificar sua política. Devido a grande procura de óleo de palma, eles organizaram sua produção graças a sua mão-de-obra cativa.

REINO DE ACHANTI

Este reino nasceu e desenvolveu-se na região que orla o Golfo da Guiné, chamada Costa do Ouro pelos europeus. Foi o primeiro ponto do golfo descoberto pelos portugueses. Ali se estabeleceram para escravidão de milhares de homens e mulheres africanos, além de fundarem fortes, sendo o mais famoso o Forte de São Jorge de Minas. Sendo assim, este reino ou a Costa do Ouro, ficou marcada pela construção de 35 fortes de várias nacionalidades ocidentais.

O território Achanti ocupava uma posição estratégica na encruzilhada das rotas que conduziam ao norte, em direção aos Estados Muçulmanos e ao sul, em direção ao litoral atlântico. Porém, outras hegemonias mais potentes se afirmaram ao norte, principalmente entre os Den Kyira que comprovam armas dos europeus, graças as quais capturavam os vizinhos Akans, a quem impuseram a tutela e o pagamento de tributos.

1.1 ALGUNS ESTADOS DA ÁFRICA CENTRAL E AUSTRAL

REINO DO CONGO

O reino do Congo remoto ao fim do século XIV e ocupou um território que se estendia do rio Kwi-lu-Nya (ao Norte do porto Loango) até o rio Iloje (ao norte de Angola) do Atlântico ao rio Kwango, cobrindo o Baixo Congo (na atual República Democrática do Congo) o enclave de Cabinda, uma parte de Angola e do Congo –Brazaville.

O rei Manicongo, morava na capital Abanza Congo, que foi rebatizada pelos portugueses com o nome de São Salvador, hoje situada na atual Angola, perto da margem do rio Congo.

A estrutura política do Congo no século XVI segue o exemplo das estruturas políticas dos reinos costeiros africanos, cuja característica principal é o Estado com poder centralizado, à unidade da estrutura política do Congo eram a aldeia. Seu núcleo formado pelos membros de uma mesma linhagem, acima desta vinham os distritos, dirigidos pelos funcionários nomeados pelo rei e transferidos por ele, dependendo, portanto, da sua vontade. Além das funções administrativas e judiciárias atribuídas também aos chefes dos distritos, os governadores cumpriam também a função de conselheiro do monarca.

A estrutura militar do Congo era simples. O rei dispunha de uma guarda permanente composta principalmente de soldados estrangeiros como os teke e os Hum que, segundo, hipóteses, eram pessoas capturadas. O poderio bélico do Congo não permitia uma guerra prolongada, por falta de estratégia militar. No plano religioso, quis se atribuiu todos os direitos sobre a convenção adquiridos pelo tratado de Tordesilhas.

O ESTADO ZULU

O Estado Zulu localizava-se na região sudeste da África, entre as montanhas de DraKensberg e o Oceano Índico e cobre cerca de 20000km². Foi fundado por Chaca do grupo nguni que, no fim do século XVIII, tinha uma organização política relativamente pouco elaborada. Em meados do século XVIII, tomou o poder depois do pai em 1816, após conflitos entre os herdeiros. Com isso,

começou a operar grandes transformações na sociedade nguni. Ele fez construir em todo o país, arsenais onde eram depositadas as armas exclusivamente colocadas a serviço do exército.

Uma das reformas mais significativas do seu reinado foi a instituição de um exército permanente, Chaca mobilizou permanentemente uma parte da população, especializando-a nas artes da guerra e das armas. Este governante visou enfocar seus treinamentos para a juventude e receberam uma rude formação militar durante dois ou três anos nos Kraal (nas casernas).

As mulheres tinham uma posição de destaque na concepção militar de Chaka. A história da África registra exemplos de mulheres soldados que carregavam armas e participavam diretamente dos combates. Um dos fundamentos da supremacia Zulu estava na sua tática e na sua estratégia militares, uma de suas estratégias denominavam-se “terra queimada”, cujo objetivo era criar um vazio completo em torno do inimigo.

No reino Zulu, observam-se uma imbricação entre a guerra, o poder e as práticas mágico-religiosas. Assim, buscava-se mobilizar os adivinhos, feiticeiros e outros oráculos, com a finalidade de determinar os momentos próprios à guerra, proteger seus soldados e, sobretudo, reforçar sua autoridade política e constituir-se numa legitimidade sobrenatural. O reino Zulu representa um caso clássico da influência da guerra no desenvolvimento político: aqui, como em toda a África negra pré-colonial, as realidades militares tiveram peso na sociedade global.

IMPÉRIO DE MONOMATAPA

O Reino Monomatapa estendeu-se entre os rios Zambeze e Limpopo, num território hoje dividido entre Moçambique, África do Sul, Zimbábue e Malawi, sua história começou no século XI, Com a chegada, no atual Zimbábue, do Xonas e dos comerciantes islamizados. “Estes teriam apoiado o conquistador Ruozu nas suas lutas políticas, onde este se autodenominou “Muene Mutapa ou” Monomatapa”, que significa “ Senhor das Terras Arrasadas.”

“É numa das regiões desse império que foram erguidas dezenas de muros monumentos construídos de muros monumentais construídos em pedra: os Zimbabues”, entre os quais o grande Zimbábue, considerado como a mais grandiosa ruína da África. Essas

ruínas datam do fim do século XII, seus construtores foram os povos Xonas, criadores hábeis e grandes comerciantes, aperfeiçoaram a técnica das trocas com locais muito distantes.

Sendo assim trocavam tecidos do Zambeze, além de cobre, têxteis, perolas e parcela nas da China. Em troca exportava marfim e, sobretudo, ouro. Com a ofensiva colonial que aniquilou o império de Monomatapa no século XIX, seus antigos territórios voltaram a ser divididos.

1.3 SUGESTÕES DE ATIVIDADES

Converse com seus colegas e professores para comparar o que você acabou de ler sobre a África e o que você sabia ou pensava daquele continente?

Localize, no Planisfério, o Estado brasileiro onde você vive. Depois, verifique a distância entre seu estado e o continente Africano, com base no escalado planisfério.

Pesquise sobre a diversidade das etnias africanas que contribuíram para a formação do povo brasileiro.

Pesquise as comidas de origem africana que fazem parte dos costumes culinários de sua cidade. Apresente na sala de aula e, com a ajuda do professor, organize um catálogo culinário.

Analise a produção do espaço geográfico africano, considerando as diferentes etapas de colonização e de descolonização.

Comente as razões apresentadas pelo colonizador para justificar sua dominação.

Desenhe um mapa do Brasil destacando as áreas que receberam maiores contingentes de escravos. Explique por que estas regiões de destino foram escolhidas.

Faça uma breve descrição das principais imagens e impressões que você tinha do continente africano antes da leitura deste capítulo. Não se esqueça de indicar quais as fontes que o ajudaram na construção desta visão sobre a África, sua história, seus povos e sociedades.

Identifiquem no texto as razões para que, até nos dias atuais, as imagens, informações e fatos veiculados sobre o continente africano mostram aspectos negativos dos povos que lá residem e das culturas produzidas.

Lendo sobre as antigas civilizações da África, você estudou

um pouco sobre a História do Egito. Faça uma relação das principais características desta civilização, em termos da origem deste povo, seus costumes e modos de organização da sociedade.

Os negros africanos, trazidos para o Brasil como escravos, pertenciam a diversas civilizações que nasceram e prosperaram na África. A partir da leitura do capítulo:

a) Identifique as civilizações de onde foram trazidos negros africanos para o Brasil, durante o regime escravista.

b) Escolha uma delas e destaque as principais características desta civilização.

c) Reflita sobre quais as contribuições que as pessoas pertencentes a esta civilização trouxeram para nossa cultura ao serem deportados para cá.

METODOLOGIA

A Cartilha aqui apresentada traz conteúdos e sugestões de atividades para subsidiar o fazer pedagógico do professor(a). Nesse sentido, não inviabilizando suas ações metodológicas na condução deste trabalho. Nossa intenção é mediar, interagir e dialogar com o professor(a), da mesma forma, valorizar o saber que cada um traz e que, a partir do contato com este material, estimule a reflexão e o diálogo.

As sugestões de atividades apresentadas neste material apontam para o professor(a) uma estrutura de trabalho que permite desenvolver uma proposta de educação anti-racista implementada na lei 10.639/2003, com ênfase na inclusão do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, com o objetivo de erradicar o preconceito o racismo e a discriminação em nossas escolas.

Portanto, as sugestões de atividades elencadas foram escolhidas visando a realidade cotidiana das instituições escolares, que muitas vezes não conseguem resolver o problema do racismo e estereótipos aos quais são taxados aos descendentes de africanos nas salas de aula. Sendo assim, pode ser feito, ainda, num trabalho de mais longa duração, que pode ser:

PROJETO DE PESQUISA COM AS TURMAS

Oficina sobre estética; nesta, pode-se trazer um (a) profissional para ministrar e ensinar os alunos a importância da mesma para a comunidade afro-brasileira, existente na escola.

DEBATE

A turma de alunos ou grupo de participantes se prepara para discutir coletivamente um tema ou questão-problema apresentada por algum colega ou pelo próprio professor(a). Na ocasião do debate, o professor/orientador da aprendizagem atua como organizador da discussão, procurando garantir o espaço para as diferentes opiniões. Nesse caso, um tema que pode ser estimulante para um debate é a situação das comunidades quilombolas no Brasil, a sua luta pela terra, garantida pela Constituição, e assim questionada por alguns proprietários de terras e autoridades locais.

DRAMATIZAÇÃO

O professor pode dividir a turma em grupos e determinar, com antecedência, o tipo de apresentação dramatizada que deverão fazer. Nas dramatizações, os alunos podem criar situações ou atuar em situações propostas pelo professor(a). Os estudantes poderão dramatizar uma lenda brasileira como, por exemplo: A lenda da Atlântida ou as atribuições de Ifá.

JÚRI SIMULADO

A turma pode ser dividida em três grupos: a equipe de acusação, a equipe de defesa e o corpo de jurado. O professor poderá fornecer o tema ou este pode ser definida coletivamente, como sugestão para esta metodologia podem ser enfocadas as ações violentas efetuadas pelos escravos contra seus senhores ou contra outros escravos aliados dos senhores, vistas pela sociedade da época. Ou seja, a rebeldia escrava manifestando-se pela violência direta. Esta dinâmica evidencia a importância da argumentação, do discurso e da oralidade tão valorizada em terras africanas, e que pode ser resgatada pelos afro-brasileiros e, a partir daí pensar a violência social sob o ponto de vista histórico, para melhor problematizá-lo.

MESA-REDONDA

Nesta, os grupos previamente selecionados ficam frente a frente a todos, sentados em torno de uma mesa, um de cada vez apresenta seus pontos de vista sobre um determinado assunto, anteriormente discutido com seus grupos. Esta cartilha é uma técnica que pode ser feita com temas polêmicos/ críticos, como por exemplo: A Política de Cotas para Afro-Descendente nas Universidades; bem como sobre Desigualdade nas Questões Racial e Social, além da Inclusão da História da África e dos Afro-Brasileiros no Ensino Fundamental.

MONTAGEM DE JORNAL

O professor divide a turma em grupos com o objetivo de montar um jornal, enfocando as notícias de realizações de africanos e afro-descendentes no passado, no presente ou no futuro. O nome do jornal pode ser escolhido por votação, os alunos dariam ênfase, na manchete principal, à parte cultural, depois à organização social,

política e educacional; é necessário enfatizar a religiosidade afro-brasileira, a contribuição da alimentação, em que os próprios alunos irão elaborar receitas que possam ser incluídas como herança cultural trazidos pelos africanos.

ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS

O professor pode propor essa atividade no início do ano letivo ou no início do semestre, nesse sentido é relevante à criação de:

- Concursos de danças de origem africana (umbigada - O dançarino se aproxima e bate de frente no outro, ventre com ventre; Mateus de cavalo marinho, Cavalo piancó, Batuque, este passou a ter o significado dos vários tipos de samba, difundidos no Rio de Janeiro). O sentido mais geral de “batuque”, na África, era de “dança ao som de tambores”. “Batuque” designa, hoje, um jogo de destreza na Bahia, uma dança de umbigada em São Paulo e cultos afro-brasileiros na região amazônica e no Rio Grande do Sul, além do sentido pejorativo de “música de baixa qualidade”, além de outras como: Baiano/Baião, Babelô ou coco-de-zambê, Calango, Caxambu, Coco, Frevo, Jongo, Lundu, Maculelê, Tambor-de-crioula, etc.

- Festivais musicais de origem africana
- Feiras culturais
- Festas temáticas (semana da consciência negra, 13 de maio, Festa de Nossa Senhora do Rosário, de Iemanjá divindade do candomblé, venerada como mãe dos orixás, dos seres humanos e dos peixes),
- Revolução Urbana do Malês (maior rebelião de escravos de religião mulçumana, ocorrida na Bahia, em 1835), Libertação do líder negro Nelson Mandela, Comemoração do dia Internacional para Eliminação da Discriminação Racial (21/03), Dia Nacional do Combate ao Racismo na Educação (03/05), de Nossa Senhora Aparecida (12/10), de São Benedito (19/12).
- Exposições de fotografias (imagens africanas)
- Sarau de músicas e poesias africanas;
- Gincanas culturais com objetos de origem africana;

PESQUISA

Esta é um tipo de atividade que tem um valor realmente

especial, mas requer que o professor deixe claras as fontes a serem pesquisadas e que esta tem sempre um fim: subsidiar a produção de um texto ou a preparação de um trabalho, pois conhecimento é para ser socializado. Há necessidade de um tempo prévio, para planejar, executar e organizar a apresentação dos resultados. Sendo assim, há vários tipos de pesquisa que podem ser apresentados ao aluno, entre eles estão:

- Pesquisa de opinião: Trabalhar o tema sob o ponto de vista de algumas pessoas, para isso é necessário um questionário e sair a campo apresentando perguntas ao público escolhido para responder à sondagem.

- Pesquisa sobre histórias familiares: Nesta, os alunos irão preparar uma exposição que reúna fontes que contém sobre a vida de famílias afro-descendentes na localidade ou na comunidade escolar.

PRODUÇÃO DE TEXTO LITERÁRIO

Esta produção pode ser feita individualmente ou em grupo, onde os alunos poderão escrever um texto de caráter literário, em forma de poema ou prosa, sobre a migração dos africanos para o Brasil, ou a importância da História da África para o Brasil e para a humanidade.

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Nesse tipo de atividade pode-se solicitar aos alunos que, individualmente ou em grupo, produzam um desenho, colagem ou qualquer outro tipo de representação gráfica (mural de fotos, mural informativo, etc.). Nesta atividade trabalhamos o tempo todo com texto e imagem. A leitura de imagem é uma tarefa diária e a documentação iconográfica constitui um tipo fundamental de fonte.

VISITAS OU EXPEDIÇÕES CULTURAIS

Uma visita pode trazer um encontro com o nosso patrimônio e possibilitar o contato visual e pessoal com a História. Sabemos que o trabalho institucional, e de sala de aula, se complementa e se amplia quando se abre mais ao “mundo lá fora”. Essas visitas ou expedições podem ser realizadas um a um:

- Museus, sítios históricos locais, igrejas, praças, indústrias antigas e recentes, órgãos de preservação e divulgação de cultura,

instituições, ONG's, casas de cultura, bibliotecas, planetários, etc.

Portanto, as metodologias sugeridas são técnicas que poderão ampliar o trabalho do professor e, que cada profissional poderá adequá-lo à sua região, trazendo os debates para o centro da realidade local. Nesse sentido, outras metodologias poderão ser incorporadas a estas, como forma de tornar visíveis os descendentes de africanos em solo brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Assunção José Pureza. Da senzala à vitrine: relações raciais e racismo no mercado de trabalho em Belém. Cejup, 2004 (Coleção Megam/4)

AMARAL, Assunção J. P. "Práticas Educativas e uso de recursos naturais entre os Quilombolas do médio Amazonas – Pará". Belém, 2007.

AMARAL, Assunção José Pureza. O Racismo em Belém a partir do Mercado do Trabalho. UFPA / NAEA, 2000.

AQMNB – Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras. nº 1 – "Desigualdade de gênero e raça no Brasil". p. 6, RJ, 2003.

ARAUJO, Kelly Cristina. Áfricas no Brasil. São Paulo: Editora Scipione, 2007.

AZEVEDA, Maria Aparecida Silva. Cidadania em preto e branco, Discutindo as relações raciais. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Cidadania em Preto e Branco. 3ª ed. Ática, 2002.

BERND, Zilá. A Questão da Negritude. Ed. Brasiliense, 1984.

BRANDÃO, Ana Paula. Memória das Palavras. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006 (A Cor da Cultura).

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. SE-PPIR / MEC. 2005.

BRASIL. Educação Africanidades Brasil. Brasília: Ministério da Educação – SEAD-SECAD (Centro de Educação a Distancia)

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO. nº 247 - "O Racismo Persiste". p. 12, Ed. Terceiro Milênio.

CEDENPA – RAÇA NEGRA: A Luta pela liberdade. Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará; organizadoras Nilma Bentes, Zélia Amador – 3 ed.rev. e amp. – Belém: FCPTN, 2004

CEDENPA, Noções Sobre a Vida do Negro no Pará. Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará - Belém/PA., fevereiro - 1989

CONDURÚ, Marise Teles e PEREIRA, José Almir Rodrigues. Elaboração de Trabalhos Acadêmicos – Normas, Critérios e Procedimentos. 2ª ed. "Pesquisa", p. 29, NUMA / UFPA. ADUFPA, 2006

DESVENDANDO A HISTÓRIA. nº 10 – "Escravidão: a luta e o sofrimento que construíram o Brasil". p. 34, Ed. Escala Educacional.

DEUS, Zélia Amador de. "O mito da Democracia Racial e a População Negra Brasileira: uma reflexão".

DISCUTINDO GEOGRAFIA. nº 12 – “As mazelas da África”, p. 34, Ed. Escala Educacional. 2007.

FERREIRA DOS SANTOS, Pe. Anízio. Eu, Negro (discriminação racial no Brasil. Existe?). Ed. Loyola. SP, 1986.

FÓRUM ESTADUAL – Educação e Diversidade Étnico-Racial. Desigualdade racial no Pará, segundo acesso à escola e nível educacional (Texto para discussão). Grupo Gestor do Programa Raízes, 2005.

GOMES, Nilma Lino. “Educação e Relações Raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação”. Professora da Faculdade de Educação da UFMG.

GUIMARÃES, Alfredo; SERGIO, Antônio. Preconceito e Discriminação. Editora quadrado 34-FUSP - Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo.

GUSMÃO, Luciana. Saberes da África. Ed. Selo Negro.

HANCHARD, Michel George. Orfeu e o Poder – O Movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945 – 1988). “Movimentos e Momentos”, cap. 5, p. 122, ed. UERJ, 2001.

HASENBALG, Carlos Alfredo. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. RJ: Ed. Graal, 1989.

HENR, Anaíza V. e FIGUEIREDO, A. Napoleão. “A Presença Africana na Amazônia Colonial”. Belém, APP. 1990.

INSTITUTO DE ARTES DO PARÁ – IAP. Terra de Negro 2. Programa Raízes, 2004.

JORDE, Gustavo Henrique Araújo; VENERANO, Izaura Márcia e NEVES, Yasmim Poltroniere. Coleção Educação para Todos. Educação Anti-Racista: Caminhos Abertos pela Lei Federal Nº 10.639/03 – SECAD.

LEITÃO, Luiz Ricardo. Lima Barreto: o rebelde imprescindível. 1ª ed. Expressão Popular, 2006.

LEMOS Rosália de Oliveira. O Negro na educação e no livro didático: como trabalhar alternativas. 2ª ed. MJ – Secretaria de Estado de Direitos Humanos. 2001

LOPES, Ana Lúcia. Currículo, escola e relações étnico-raciais. In: Educação africanidades Brasil. MEC – SECAD – UNB – CEAD – Faculdade de Educação. Brasília. 2006. p. 13-31.

LOPES, Cristina (Org.). Cotas raciais: Por que sim? 2ª ed. RJ, 2006.

MOURA, Clovis. O Negro no Mercado de Trabalho. São Paulo, SP: Copy-service, s/d.

MOURA, Maria Lucia Seidl de e FERREIRA, Maria Cristina. Projetos de Pesquisa – Elaboração, Redação e Apresentação. “Decisões Preliminares – escolha do tema”, cap. 1, p. 19, Ed. UERJ, 2005.

MUNANGA, Kabenguele. Para entender o negro no Brasil de hoje: História, Realidade, Problemas e Caminhos.

MUNANGA, Kabenguele. Negritude – usos e sentidos. São Paulo:

Ed. Ática, 1986.

MUNANGA, Kabengeue. Superando o Racismo na Escola. 3ª ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Fundamental, 2001.

MUNANGA, Kabengeue; GOMES, Nilma Lino. Coleção Viver, Aprender; Ação Educativa. São Paulo: Editora Global, 2004 (Assessoria, Pesquisa e Informação).

NASCIMENTO, Abdias do. O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. RJ. Paz e Terra, 1986.

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – Relatório de Atividades. “Construindo a Política de Promoção da Igualdade Racial”, p. 9, SEPPIR, 2004.

RAÇA BRASIL. Nº. 8 – “Black Power – A História da revolução negra nos EUA dos anos 60”, p. 102, Ed. Símbolo, 1997.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. V. 26, nº. 52, p. 79 – 114. SP, 2006. – “Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (séc. XVII e início do séc. XVIII)”, por CHAMBOULEYRON, Rafael – UFPA.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. Almanaque Pedagógico Afro-Brasileiro. Belo Horizonte: Mazzas Edição, 2006.

ROMÃO, Jeruse. Por uma educação que Promova a auto-estima da criança negra. 2ª ed. MJ – SEDH, 2001.

SALLES, Vicente. O Negro no Pará: sob o regime da escravidão. 2ª ed. MEC; SECULT; CENTUR, 1988.

SALLES, Vicente. Vocabulário crioulo: contribuição do negro ao falar regional amazônico. IAP, Programa Raízes, 2003.

GARCIA, Januário. 25 anos 1980 – 2005: Movimento Negro no Brasileiro. 1 ed. Fundação Cultural Palmares, Brasília/DF. 2006

CEDENPA. Escola e Racismo: Aspectos da Questão do Negro em Belém. 2 ed. Belém/PA., 1997

CEDENPA. Plantando Axé – Religiões Afro-Brasileiras e Movimento Negro. Belém/PA., 1997

SANTOS, Geovenilda; SILVA, Maria Palmira da. Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI. 1ª. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. “O Movimento Negro e o Estado (1983 – 1987)”. Tese de Mestrado em Ciência Política. IFCH / UNICAMP.

SERRANO, Carlos; WALDMAM, Mauricio. Memória da África: a temática africana em sala de aula. São Paulo, Editora Cortez, 2007

SILVA, Alberto da Costa e. “O Brasil, a África e o Atlântico no séc. XIX”. In: STVDIA, nº. 52, Lisboa, 1994.

SILVA, Martiniano José da. Racismo à brasileira: Raízes históricas. Ed. Thesaurus, 1987.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. 2ª ed. – “Branqueamento – um ideal racial anacrônico”, p. 227, Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Marina de Melo. Áfricae | Brasilaficano. São Paulo: Editora Ática, 2008.

SUPER INTERESSANTE, ed. 187 – “Afiml do que é feito o racismo?”, p. 42. Ed. Abril, 2003.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. História da África e da Cultura Afro-Brasileira. Roraima: UFRO, 2008.

THORNTON, John Kelly. A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400 – 1800. – “A escravidão e a estrutura social na África”, cap. 3, p. 122, Ed. Campus, 2004.

WEIZ, Anete A'bramo; BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; ROBERTO, Valter. Campinas SP, Editora ARMAJEM do Ipê(autores associados)/2006.

FILMES:

A COR PURPORA; trata da manifestação feminina negra contra o racismo norte americano.

DIAMANTES DE SANGUE; por Edward Zwick, um ex-mercenário transformado em contrabandismo.

HERÓIS DE TODO MUNDO; são autobiografias de negros que fizeram história; produzido pela cor da cultura, governo federal. www.acordacultura.org.br

HOTEL HUANDA; aborda a questão do genocídio de mais de 1200 africanos durante a guerra.

QUILOMBOS DA BAHIA; filme documentário sobre comunidades negras e suas historias seculares. Produção Portfolium laboratório de Imagem/2004.

REPERTÓRIO AFRO-BRASILEIRO NA ESCOLA; debates sobre a implementação da lei em sala de aula, produção Salto Para o Futuro, www.mec.gov.br.

TERRA DE NEGRO 1, 2 e 3; trata da tradições quilombolas no estado do Pará.

SITES:

www.agenoralessandro.blogger.com.br

www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi.cgi/lu.exe.sys.start.htm.sid=64

<http://images.google.com.br/imghp?hl=pt-BR&tab=wi>

http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A1gina_principal

www.fundaçãoopalmares.gov.br

www.msn.oorg.br

www.paisesafricanos.com

GLOSSÁRIO

Ancestral: Antepassado familiar, pessoa de geração anterior.

Congolês: Natural do Congo, Antigo reino da África. Atualmente, são chamados congoleses os que nascem na República do Congo (ou Congo-Brazzaville) e na República democrática do Congo (ou Congo-Kinshasa).

Etnia: Grupo de pessoas que formam uma comunidade de mesma língua, religião e modo de agir, entre outras.

Identidade: Conjunto de características e circunstâncias que distinguem uma pessoa ou um grupo de pessoas, pelas quais é possível diferenciá-la dos demais.

Iorubás: Povo Africano que vive no sudoeste da Nigéria, do atual Benin e do Togo. Trazidos em grandes levadas e escravizados no Brasil, onde receberam a denominação de Nagôs. Os Iorubas instalaram-se principalmente na Bahia.

Jejes: Povos que habitavam os atuais Togo, Gana, Benin e regiões vizinhas.

Males: Negros africanos que praticavam a religião Muçumana, como os povos Hanças e Nagôs, que liam e escreviam em língua Árabe.

Nagôs: Denominação que os povos africanos e Iorubas receberam no Brasil.

Sudaneses: grupos trazidos da África centro-oriental.

Angola: Região da África Austral, de onde procederam escravos para o Brasil, hoje um país independente.

Candomblé: Denominação genérica para religiões afro-brasileiras na Bahia e em outros locais sob sua influência.

Capoeira: Jogo de corpo, agilidade e arte, que usa técnicas de ataque e de defesa com os pés e as mãos. As rodas são acompanhadas por palmas, pandeiros, chocalhos, berimbaus e cânticos de marcação.

Macumba: Termo dado geralmente aos cultos afro-brasileiros.

Quilombos: Comunidades organizadas por negros escravizados que se rebelaram contra o cativeiro. Atualmente são sítios tombados e preservados pelo Patrimônio Histórico-Nacional, habitado por remanescentes desses antigos refúgios.

Diáspora: Termo diáspora significa “dispersão”, define o deslocamento normalmente forçado ou incentivado, de grandes massas populacionais originadas de uma zona determinada para várias áreas de acolhimento distintos, isto é, diáspora significa a dispersão de qualquer povo ou etnia pelo mundo.

Diversidade: Diferenças culturais que existem entre pessoas como a linguagem, vestimenta e tradições, bem como a forma de organização das sociedades, a sua concepção da moral e da religião.

Congadas: Danças dramáticas com enredo e personagens características como reis e rainhas, príncipes e princesas, embaixadores, chefes de guerras e guerreiros, que se despedem no final das apresentações cantando.